

## **COLOSSAL - é o ataque aos direitos no trabalho!**

O Governo e a maioria parlamentar vão inaugurar uma nova forma de discussão pública das alterações à legislação de trabalho: primeiro fazem aprovar essas alterações na Assembleia da República e só depois é que as colocam em discussão pública!

É isto que vai verificar-se com as **propostas de lei para facilitar os despedimentos e torná-los mais baratos**. Com efeito, em vez de, em primeiro lugar, as colocar em discussão pública conforme está estipulado na Constituição e na Lei, o Governo e a maioria parlamentar **vão fazer aprovar essas medidas hoje, dia 28** e só depois iniciar um período de discussão, onde os trabalhadores e suas organizações se podem pronunciar na forma de pareceres.

O Governo PSD/CDS entregou na Assembleia da República uma Proposta de Lei que visa proceder à redução do valor das indemnizações em caso de despedimento facilitando, assim, os despedimentos. A votação na generalidade sobre as alterações ao código do trabalho coloca em causa os despedimentos: colectivos, inadaptação, caducidade por morte do empregador com cessação da actividade, extinção de pessoa colectiva ou encerramento de empresa, extinção do posto de trabalho, caducidade dos contratos de trabalho temporário e do contrato a termo e comissão de serviço. Em todas estas modalidades de despedimento propõe-se a redução das indemnizações de 30 para 20 dias por cada ano de trabalho, com limite de 12 meses. Propõe-se ainda o termo da compensação por caducidade dos contratos a termo que passariam a ser abrangidos pelo mesmo regime.

**Embora com dificuldades inerentes por ser um período de férias, há que dar uma resposta forte a mais esta tentativa de reduzir os direitos dos trabalhadores portugueses. Há que engrossar o protesto pelo que se exorta os trabalhadores a uma atenção especial ao desenrolar deste processo e se disponibilizem para protestos vigorosos.**

A par desta medida vem mais uma **colossal** extorsão em forma de contribuição a ser paga pelos mesmos de sempre – os trabalhadores por conta de outrem, os precários de recibos verdes, os reformados e os pensionistas: já não bastavam os cortes dos salários, vem mais o saque de 50% do subsídio de Natal e como se não chegasse, temos também os aumentos brutais dos preços dos transportes públicos! Há passes que aumentam acima dos 25%!

Há outras medidas que poderiam ser tomadas para obter receitas sem penalizar sempre os mesmos. Porque não opta o governo por tributar dividendos e operações em bolsa, que renderiam muitos milhões, em vez de taxar extraordinariamente o subsídio de Natal de todos os trabalhadores, dos reformados, com particular incidência nos trabalhadores precários? Isto revela que estamos perante uma opção claramente política dos “FMI boys”: tirar a quem trabalha para dar aos exploradores.

Evocar a dívida pública para aumentar em média 15% o preço dos transportes é uma medida escandalosa e mais um roubo para quem trabalha, pois todos os dias têm de se deslocar para trabalhar e assim vê agravadas as suas despesas e condições de vida.

Para quem na campanha eleitoral afirmou não aumentar impostos e 15 dias depois de tomar posse decide tais medidas, mais não é do que estarmos perante alguém que *diz uma coisa mas faz outra*, que parece não ficar por aqui, a não ser que o protesto tome tais proporções que não lhe reste senão recuar.

---

**Quem cala consente, quem protesta mais tarde ou mais cedo tem que ser ouvido.**

**Unidos no SITAVA Somos Mais Fortes!**